Goldman Sachs

GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 16º andar, 17º andar e 18º andar, CEP: 04542-000
CNPJ 04.332.281/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco") para o semestre findo em 30 de junho de 2018.

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada, associadas às normas do Banco Central do Brasil ("BACEN"), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF").

Destacados

Resultado do Semestre

No semestre findo em 30 de junho de 2018, o Banco registrou Lucro Líquido de R\$ 131,9 milhões, correspondente a R\$ 0,10 por ação e rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido de 15,3%.

Limite de Basileia - Patrimônio de Referência

O Banco adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando como base os dados consolidados do Conglomerado Financeiro Goldman Sachs ("Conglomerado"), formado pelo Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), líder do Conglomerado, e pela Corretora, de acordo com as diretrizes do BACEN.

O índice de Basileia é monitorado diariamente e representa um importante indicador do montante de capital alocado em função do grau de risco da estrutura dos ativos.

Em 30 de junho de 2018, o índice de Basileia do Conglomerado, apurado de acordo com a regulamentação em vigor, é de 25,9%, sendo superior, portanto, ao índice mínimo exigido pela regulamentação do BACEN.

Governança Corporativa - Comitê de Auditoria

Em cumprimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 3.198, de 27 de maio de 2004 (conforme alterada), informamos que se encontra instalado o Comitê de Auditoria Único do Conglomerado ("Comitê"), cuja constituição foi objeto de aprovação pelo BACEN em 9 de março de 2016.

Compete ao Comitê, dentre outras atribuições, zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis do Conglomerado, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da empresa de auditoria independente e da auditoria interna.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

Gestão de Riscos

Acreditamos que gerenciar o risco de maneira eficaz é essencial para o sucesso do Grupo Goldman Sachs. Desta forma, contamos com processos de gestão de risco abrangentes através dos quais podemos monitorar, avaliar e administrar os riscos associados às nossas atividades. Tais processos incluem a gestão da exposição aos riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal, socioambiental, regulatório e reputacional. Desenvolvemos nossa estrutura de gestão de risco com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas.

O Conglomerado é parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos do Grupo Goldman Sachs e, conforme determinado pelas Resoluções do CMN nº 4.557/17 e nº 4.327/14, foram implementadas localmente as políticas e estrutura de Gerenciamento de Riscos e de capital, bem como de responsabilidade Socioambiental.

Responsabilidade Socioambiental

Em conformidade com as diretrizes da Política Ambiental Global do Grupo Goldman Sachs e com base nos critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.327/14, o Conglomerado reconhece a importância de sua responsabilidade quanto à questão socioambiental na condução de seus negócios e atividades. Também está empenhado em utilizar soluções de mercado para promover a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento das comunidades em que está inserido, assegurando o atendimento aos interesses de longo prazo de seus clientes e a preservação de valor a longo prazo para os seus acionistas. O Conglomerado atua para que suas instalações e negócios

adotem soluções e práticas sustentáveis, uma vez que ambas relacionam-se com o meio ambiente e com as comunidades em que está inserido.

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.327/14, a Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental pode ser encontrada na internet, no seguinte endereço: <http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/environmental-social-disclosure.pdf>.

Ouvidoria e Canal de Denúncias

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.433/15, que dispõe sobre a instituição de componente organizacional de Ouvidoria, informamos que não há registro de qualquer demanda ou reclamação no semestre findo em 30 de junho de 2018.

Em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 4.567/17, o Grupo Goldman Sachs designou o Canal de Ouvidoria como o órgão responsável pelo Canal de Denúncias, por meio do qual seus funcionários, colaboradores, clientes, usuários, parceiros ou fornecedores podem informar, sem a necessidade de se identificarem, situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às suas atividades. Informamos que a instituição não recebeu nenhuma comunicação em seu Canal de Denúncias no semestre findo em 30 de junho de 2018.

Os procedimentos de utilização do canal de comunicação podem ser encontrados na internet, no seguinte endereço: <http://www.goldmansachs.com/disclosure/canal-de-denuncia.html>.

Endereço Eletrônico

Em conformidade com a Circular nº 3.678/13 (conforme alterada) do BACEN, as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) estão disponíveis no site:

<http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/gestao-de-risco.html>.

Ouvidoria Goldman Sachs Brasil: 0800 727 5764 e/ou ouvidoriagoldmansachs@gs.com.

Horário de funcionamento: segunda-feira a sexta-feira (exceto feriados), das 9h às 18h.
São Paulo, 27 de agosto de 2018

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em R\$ mil

Ativo	2018	2017	Passivo e Patrimônio líquido	2018	2017
Circulante	10.012.287	8.961.369	Circulante	8.888.154	7.213.986
Disponibilidades	1.707	3.662	Depósitos (nota 14)	41.323	9.432
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 7)	6.287.143	2.558.125	Depósitos a prazo	41.323	9.432
Aplicações no mercado aberto (nota 7 (a))	6.287.143	2.558.125	Captações no mercado aberto (nota 15)	398.055	2.076.818
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	3.079.501	5.580.464	Carteira própria	103.210	1.639.997
Carteira própria (nota 8)	529.489	994.268	Carteira de terceiros	60.309	33.100
Vinculados a compromissos de recompra (nota 8)	103.870	1.651.222	Carteira livre movimentação	234.536	403.721
Vinculados a prestação de garantias (nota 8)	804.869	1.233.703	Obrigações por empréstimos (nota 16)	4.878.636	2.539.525
Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)	1.641.273	1.701.271	Empréstimos no exterior	4.878.636	2.539.525
Operações de crédito (nota 10)	6.170	-	Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)	2.811.453	1.832.603
Empréstimos	6.232	-	Instrumentos financeiros derivativos	2.811.453	1.832.603
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(62)	-	Outras obrigações	758.687	755.608
Outros créditos	637.013	818.187	Carteira de câmbio (nota 11)	326.677	534.587
Carteira de câmbio (nota 11)	327.464	535.505	Sociais e estatutárias	-	2.082
Rendas a receber	7.748	-	Fiscais e previdenciárias (nota 18 (a))	202.153	120.095
Negociação e intermediação de valores (nota 17)	208.007	251.353	Negociação e intermediação de valores (nota 17)	156.344	48.217
Diversos (nota 12 (a))	198.488	31.329	Diversas (nota 18 (b))	73.513	50.627
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(104.694)	-	Exigível a longo prazo	2.820.831	2.172.438
(nota 12 (b))	(104.694)	-	Depósitos (nota 14)	455.697	343.623
Outros valores e bens	753	931	Depósitos interfinanceiros	118.605	163.495
Despesas antecipadas	753	931	Depósitos a prazo	337.092	180.128
Realizável a longo prazo	3.162.264	1.651.105	Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)	2.352.982	1.783.019
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	2.744.668	1.624.666	Instrumentos financeiros derivativos	2.352.982	1.783.019
Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)	2.744.668	1.624.666	Outras obrigações	12.152	45.796
Operações de crédito (nota 10)	353.430	-	Diversas (nota 18 (b))	12.152	45.796
Empréstimos	357.000	-	Patrimônio líquido	1.728.159	1.461.485
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.570)	-	Capital social (nota 20 (a))	1.383.596	1.383.596
Outros créditos (nota 12)	64.166	26.439	De domiciliados no exterior	1.383.596	1.383.596
Diversos (nota 12 (a))	64.166	131.133	Reservas de capital (nota 20 (b))	29.851	22.770
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	-	(104.694)	Reservas de lucros (nota 20 (c))	189.361	2.756
(nota 12 (b))	-	(104.694)	Lucros acumulados	125.351	52.363
Permanente	262.593	235.435	Total do Passivo e Patrimônio líquido	13.437.144	10.847.909
Investimentos (nota 13 (a))	240.057	208.119			
Participação em controlada no país	240.057	208.119			
Imobilizado de uso (nota 13 (b))	22.536	27.316			
Outras imobilizações de uso	70.900	71.821			
(-) Depreciações acumuladas	(48.364)	(44.505)			
Total do Ativo	13.437.144	10.847.909			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 30 DE JUNHO
Em R\$ mil, exceto lucro por ação

	2018	2017
Receitas da intermediação financeira	653.388	334.768
Operações de crédito (nota 10)	6.232	-
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	148.449	312.192
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (nota 9 (e))	443.078	(128.501)
Resultado de operação de câmbio	55.629	151.077
Despesas da intermediação financeira	(547.035)	(235.764)
Operações de captação no mercado aberto	(31.636)	(138.217)
Operações de empréstimos e repasses	(511.767)	(97.547)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 10)	(3.632)	-
Resultado bruto da intermediação financeira	106.353	99.004
Outras receitas (despesas) operacionais	112.652	(21.866)
Receitas de prestação de serviços (nota 23 (c))	288.336	111.554
Despesas de pessoal (nota 23 (d))	(116.854)	(96.533)
Outras despesas administrativas (nota 23 (e))	(46.655)	(34.944)
Despesas tributárias (nota 23 (f))	(31.041)	(11.467)
Resultado de participação em controlada (nota 13 (a))	13.424	12.269
Outras receitas operacionais (nota 23 (g))	32.710	5.561
Outras despesas operacionais (nota 23 (h))	(27.268)	(8.306)
Resultado operacional	219.005	77.138
Resultado não operacional (nota 23 (i))	1.246	2.621
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	220.251	79.759
Imposto de renda e contribuição social	(88.303)	(21.424)
Provisão para imposto de renda (nota 19 (a))	(53.885)	(1.493)
Provisão para contribuição social (nota 19 (a))	(42.598)	(1.267)
Ativo fiscal diferido (nota 19 (b))	5.344	-
Passivo fiscal diferido	2.836	(18.664)
Participações estatutárias no lucro	-	(2.082)
Lucro líquido do semestre	131.948	56.253
Lucro líquido por ação (em reais)	0,10	0,04

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 30 DE JUNHO - Em R\$ mil

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.383.596	5.652	-	(1.134)	1.388.114
Reconhecimento do plano baseado em ações (nota 20 (b))	-	17.118	-	-	17.118
Lucro líquido do semestre	-	-	-	56.253	56.253
Destinação do lucro líquido	-	-	2.756	(2.756)	-
Reserva legal (nota 20 (c))	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2017	1.383.596	22.770	2.756	52.363	1.461.485
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.383.596	15.684	182.764	-	1.582.044
Reconhecimento do plano baseado em ações (nota 20 (b))	-	14.167	-	-	14.167
Lucro líquido do semestre	-	-	-	131.948	131.948
Destinação do lucro líquido	-	-	6.597	(6.597)	-
Reserva legal (nota 20 (c))	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2018	1.383.596	29.851	189.361	125.351	1.728.159

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 30 DE JUNHO - Em R\$ mil

	2018	2017
Atividades operacionais	115.517	82.377
Lucro líquido ajustado do semestre	131.948	56.253
Ajustes ao lucro líquido	(16.431)	26.124
Resultado de participação em controlada	(13.424)	(12.269)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	8.564	14.114
Outras receitas/despesas operacionais	(3.381)	-
Depreciações e amortizações	2.554	3.533
Constituição de provisão para litígio trabalhista	5	-
Participações no lucro	-	2.082
Ativo e passivo fiscal diferido	(8.179)	-
Baixa do ativo imobilizado de uso	30	-
Juros não recebidos	(6.232)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.632	-
Variáveis de ativos e obrigações	303.268	(1.034.596)
(Aumento)/redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	54.606	(968.362)
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.073.658	(1.724.220)
(Aumento) em operações de crédito	(357.000)	-
(Aumento)/redução em outros créditos	31.676	(452.200)
(Aumento)/redução em outros valores e bens	119	(244)
Aumento/(redução) em depósitos	(116.254)	93.252
Aumento/(redução) em captações no mercado aberto	(652.808)	1.666.949
Aumento em outras obrigações	205.455	416.005
Imposto de renda e contribuição social pagos	(43.473)	(8.481)
Juros recebidos	150.867	80.710
Juros pagos	(43.578)	(138.005)
Caixa originado (utilizado) nas atividades operacionais	418.785	(952.219)
Atividades de investimentos	-	-
Aquisição de imobilizado de uso	(1.273)	(400)
Baixa de imobilizado de uso	27	112
Caixa (utilizado) nas atividades de investimento	(1.246)	(288)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	-	-
Captação em obrigações por empréstimos	3.546.029	883.472
Juros sobre o capital próprio pagos	(68.000)	(70.000)
Caixa originado nas atividades de financiamento	3.478.029	813.472
(Redução)/aumento no caixa e equivalentes de caixa	3.895.568	(139.035)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	86.202	578.834
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(8.564)	(14.114)
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	3.973.206	425.685
(Redução)/aumento no caixa e equivalentes de caixa	3.895.568	(139.035)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2018 - Em R\$ mil

1) Contexto Operacional	3) Principais Práticas Contábeis
<p>O Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco") é uma instituição financeira privada, constituída sob a forma de Sociedade Anônima, autorizada a operar como banco múltiplo com as carteiras de investimento e de crédito, financiamento e investimento, incluindo a gestão e administração de carteiras de valores mobiliários e fundos de investimentos e a prática de operações de câmbio.</p> <p>O Banco, parte integrante do Grupo Goldman Sachs ("Grupo"), iniciou suas atividades operacionais no final de 2006 e vem desenvolvendo plataforma para novos negócios relacionados às atividades financeiras do Grupo no Brasil e no exterior. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas do Grupo, atuando de forma integrada nos mercados financeiros nacional e internacional, sendo os benefícios dos serviços prestados e os custos comuns dessa estrutura apropriados a cada entidade correspondente.</p> <p>Em 2008 o Banco passou a atuar como Participante de Liquidação Direta (PLD) da B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão ("B3"), passando a liquidar e custodiar suas operações de derivativos listados.</p> <p>Em maio de 2008 o Banco Central do Brasil ("BACEN") autorizou o Banco a constituir a Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora"), sua subsidiária integral, a qual recebeu em dezembro de 2008 autorização do Conselho de Administração da B3 para operar como corretora no segmento de ações na categoria pleno. O Banco, como líder, e a Corretora, sua subsidiária integral, formam o Conglomerado Financeiro Goldman Sachs ("Conglomerado").</p> <p>Em 27 de agosto de 2018, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018.</p>	<p>(a) Apuração do resultado O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.</p> <p>(b) Saldos de operações em moeda estrangeira Demonstrados com base na PTAX de fechamento na data do encerramento do semestre. A taxa PTAX corresponde às médias aritméticas das taxas de compra e de venda realizadas diariamente.</p> <p>(c) Caixa e equivalentes de caixa Caixa e equivalentes de caixa estão compostos por saldos em conta corrente e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento na data da aquisição é igual ou inferior a 90 dias, de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a risco insignificante de mudança de valor.</p> <p>(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez São demonstradas pelo valor aplicado acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço.</p> <p>(e) Títulos e valores mobiliários De acordo com a Circular nº 3.068/01, do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: (i) Títulos para negociação: são avaliados pelo valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do período; (ii) Títulos disponíveis para venda: contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajuste ao valor de mercado - TVM"; e (iii) Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período. Os</p>

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2018 - Em R\$ mil

A Lei nº 13.169, de 06 de outubro de 2015 ("Lei"), referente à conversão da Medida Provisória nº 675, de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social de 15% para 20%, no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, de capitalização e das instituições financeiras, dentre elas as corretoras de valores mobiliários.

Ativo e passivo fiscais diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL, sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente.

Considerando as perspectivas de realização dos ativos fiscais diferidos, em 30 de junho de 2018 o Banco manteve registrado: (i) crédito tributário de IRPJ com a alíquota nominal de 20% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) crédito tributário relativo à CSLL o qual foi calculado mediante a utilização da alíquota aplicável de acordo com a perspectiva da realização dos ajustes temporários. Foi considerada alíquota nominal de 20% de CSLL para ajustes temporários a serem realizados até dezembro de 2018 e 15% para ajustes temporários a serem realizados a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme estabelece a Lei nº 13.169/15.

A compensação dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social com resultados positivos em semestres futuros está limitada a 30% do referido lucro se maior que o total de ativo diferido constituído.

(k) Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para demandas judiciais e administrativas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC. As provisões para passivos contingentes de natureza tributária, trabalhista e cível, quando aplicável, são constituídas e reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito das ações e a opinião de seus consultores jurídicos, bem como, modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar das incertezas inerentes ao seu prazo e valor.

As contingências passivas são reconhecidas contabilmente quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

(l) Plano de incentivo de ações

Os funcionários elegíveis do Banco participam do Plano de Incentivo de Ações da The Goldman Sachs Group, Inc. através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações concedidas multiplicado pelo valor da ação na data da concessão, sendo a despesa auferida refletida no resultado ao longo do período de aquisição de direito (*vesting period*) em contrapartida ao patrimônio líquido, em conformidade ao Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações (nota 22 (b)) e, posteriormente reclassificado para rubrica do passivo, "Outras Obrigações - Diversas", em função do acordo de repagamento entre o Banco e o controlador, The Goldman Sachs Group, Inc.

4) Gerenciamento de Capital

A política de gerenciamento de capital do Conglomerado foi criada em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17. Tal medida está alinhada com as recomendações do Comitê de Basileia para fortalecer o sistema financeiro, incentivar melhores práticas de gestão e avaliações de risco, assegurar a manutenção de valores apropriados de capital e planejar futuras necessidades de capital.

A adequação de capital é de fundamental importância para o Conglomerado. O objetivo do Conglomerado é ser capitalizado de forma conservadora, com relação aos seus níveis de risco e em comparação com as exigências e padrões de referência externos. Assim sendo, o Conglomerado implementou uma política abrangente de Gerenciamento de Capital ("Política") que se destina a definir e manter um valor apropriado de capital.

Os níveis de capital do Conglomerado são determinados, principalmente, pelos requisitos regulatórios, podendo ser também influenciados por outros fatores, tais como, expectativas de novos negócios e condições de mercado.

Os fatores que influenciam na revisão da política de gerenciamento de capital incluem, dentre outros:

- Leis, regulamentos e orientações regulatórias pertinentes;
- As avaliações de risco do Conglomerado, incluindo os riscos de reputação e estratégicos;
- A avaliação da estrutura de capital ideal do Conglomerado;
- Ambientes de mercado e econômico;
- Os negócios conduzidos pelo Conglomerado; e
- Os instrumentos de capital.

(a) Estrutura de capital

Há três principais exigências de capital no Brasil que impactam o Conglomerado:

- **Exigências de Capital - Basileia** - O BACEN supervisiona o sistema bancário brasileiro de acordo com as diretrizes do Comitê de Basileia e outras regulamentações aplicáveis, incluindo o Acordo de Capital da Basileia.
- **Exigências de Capital - Limite de Exposição por Cliente** - O CMN e o BACEN limitam a exposição total às contrapartes em 25% do capital do Conglomerado.
- **Limite de Exposição Cambial** - De acordo com o artigo 1º da Resolução 3.488/07, o limite máximo de exposição cambial foi estabelecido em trinta por cento (30%) do Patrimônio de Referência do Conglomerado Financeiro.

A meta do Conglomerado é manter um nível de capital próprio que exceda os limites mínimos regulatórios nos termos da regulamentação em vigor, bem como um *buffer* que reflita o ambiente do mercado, nossos negócios e futuras alterações regulatórias.

(b) Plano de Contingência de Capital (CCP)

No caso de um possível déficit em relação à meta de capital, o Conglomerado manterá um Plano de Contingência de Capital ("CCP") que o possibilitará responder rapidamente a um possível déficit no capital em relação à meta de capital. O CCP fornece uma estrutura para analisar e responder a uma deficiência efetiva ou observada, incluindo, entre outros, a identificação de fatores que desencadeiam uma deficiência de capital, bem como de fatores de redução e possíveis ações. O CCP delinea procedimentos de comunicação apropriados a serem seguidos durante um período de crise, incluindo divulgação interna de informações, bem como garantia de comunicação pontual com interessados externos.

Em conformidade com a Circular nº 3.678/13 (Pilar III) e nº 3.716/14, as informações referentes à estrutura de gerenciamento de capital, à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) estão disponíveis para acesso público no site: <http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/gestao-de-risco.html>.

5) Gerenciamento de Risco - Visão Geral

O Conglomerado acredita que gerir o risco de maneira eficiente é essencial para o sucesso do seu negócio. Desta forma, conta com abrangentes processos de gestão de risco, através dos quais monitora, avalia e administra os riscos assumidos na realização de suas atividades. Tais processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, jurídico, regulatório e de reputação, incluindo também questões socioambientais. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos/controles e pessoas.

(a) Risco de crédito

Risco de crédito significa a possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência ou de deterioração da qualidade do crédito de terceiros.

Em linha com os princípios da Resolução CMN nº 3.721/09, o Conglomerado possui uma estrutura e um normativo institucional de gerenciamento do risco de crédito, aprovado por seu Comitê de Risco.

A exposição ao risco de crédito do Conglomerado está em sua maior parte relacionada às operações de clientes no mercado de balcão. O risco de crédito também é proveniente de recursos financeiros depositados em outros bancos, operações de financiamento de títulos (tais como operações compromissadas) e recebíveis.

A Gestão de Risco de Crédito tem como objetivo avaliar, monitorar e administrar o risco de crédito ao qual o Conglomerado está exposto, e é independente em relação às unidades de negócios (geradoras de renda), reportando-se ao diretor de risco do Conglomerado.

O Comitê de Política de Crédito e o Comitê Geral de Risco (comitês globais da firma) criam e revisam políticas e parâmetros de crédito ao nível do grupo GS. O Comitê de Risco Goldman Sachs Brasil (GSBRC) revisa as políticas e parâmetros de crédito especificamente para a Goldman Sachs Brasil e garante a conformidade com as exigências regulatórias locais.

As políticas autorizadas por esses comitês estabelecem o nível de aprovação formal necessária para que o Conglomerado assumira uma determinada exposição de risco em relação a um terceiro, levando em consideração quaisquer disposições de compensação, garantias e demais mitigadores de risco de crédito vigentes.

(b) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de perda de valor de uma carteira devido às mudanças nos preços de mercado.

O Conglomerado mantém sua carteira com o principal intuito de formar mercado para clientes e para atividades de investimento e crédito. Deste modo, mudanças na carteira se baseiam no atendimento das solicitações de clientes e em oportunidades de investimento para o Conglomerado. A contabilização da carteira é realizada a valor de mercado e, portanto, com flutuação diária.

As categorias de risco de mercado incluem:

- Risco de taxa de juros: resultante, principalmente, das exposições às mudanças no nível e inclinação das curvas de rendimentos de juros, às volatilidades das taxas de juros e aos *spreads* de crédito.
- Risco de preço das ações: decorrente das exposições às mudanças de preços e volatilidades de cada ação, cestas de ações e índices de ações.
- Risco de taxa de câmbio: resultante das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das taxas de câmbio.
- Risco de preço de commodities: decorrente das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das mercadorias "*commodities*".

A Gestão de Riscos de Mercado, que é independente em relação às unidades que geram receitas, está diretamente subordinada ao diretor de riscos e tem a responsabilidade principal de avaliar, monitorar e gerir riscos de mercado.

Os riscos são monitorados e controlados por meio de uma supervisão rigorosa e também através das funções independentes de controle e de suporte, que se estendem a todos os negócios globais do Conglomerado.

O Conglomerado emprega diversos tipos de métricas de risco para calcular a dimensão das perdas em potencial, tanto para movimentos de mercado suaves como para os mais extremos, dentro de horizontes de curto e longo prazo, como por exemplo:

- As métricas de risco usadas para horizontes de curto prazo incluem VaR (*Value at Risk*) e métricas de sensibilidade.
- Para horizontes de longo prazo, as principais métricas de risco são os testes de estresse. Os relatórios de risco incluem detalhes sobre os riscos principais, os impulsionadores e as mudanças para cada negócio, sendo distribuídos para a alta administração das áreas de negócios e para as áreas de suporte independentes.

(c) Risco operacional

Risco operacional é o risco de perda causada por pessoas, sistemas ou resultante de processos internos inadequados ou de eventos externos.

De acordo com os requisitos especificados na Resolução CMN nº 3.380, de 29 de junho de 2006, e melhores práticas de mercado, o Conglomerado implementou uma estrutura local de gestão do risco operacional em conformidade com as práticas globais do Grupo Goldman Sachs no que diz respeito à gestão e medição de exposição ao risco operacional. A exposição ao risco operacional deriva de erros de processamento de rotinas, bem como incidentes extraordinários, tais como falhas de sistemas.

Potenciais hipóteses de eventos de perda, relacionadas ao risco operacional interno e externo, incluem:

- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Execução, entrega e gestão de processos;
- Descontinuidade de negócios e falhas de sistema;
- Gerenciamento de recursos humanos e segurança no trabalho;
- Danos em ativos físicos;
- Fraude interna; e
- Fraude externa.

O Conglomerado mantém completa estrutura de controle, projetada para fornecer um ambiente seguro, de forma a minimizar riscos operacionais.

O Comitê Global de Risco Operacional, juntamente com comitês regionais, supervisionam o contínuo desenvolvimento e a implementação das estruturas e políticas de risco operacional do Conglomerado.

O departamento de Gestão de Risco Operacional é independente das unidades geradoras de receita e é responsável pelo desenvolvimento e implementação de políticas, metodologias e controles em uma estrutura formalizada para a gestão de risco operacional do Conglomerado.

(d) Risco de liquidez

A Gestão da Liquidez tem importância crítica em instituições financeiras. Dessa forma, o Conglomerado estabeleceu uma série de políticas de gestão de liquidez que visam manter a flexibilidade para lidar com eventos de liquidez específicos do Goldman Sachs, mas também do mercado financeiro que podem afetar nossas operações. O objetivo principal destas políticas e controles é prover recursos para o Goldman Sachs no Brasil e permitir a manutenção dos negócios e geração de receita até mesmo sob circunstâncias adversas.

O Conglomerado Goldman Sachs observa e atende aos termos e solicitações da Resolução CMN nº 4.090/12.

As informações de maior relevância e os resultados gerados pelos modelos internos de liquidez, incluindo o teste de estresse, são disseminados para grande parte da alta gerência no Brasil e no exterior incluindo o diretor estatutário responsável pelo risco de liquidez da instituição.

6) Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 30 de junho de 2018, caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades no montante de R\$ 1.707 (2017 - R\$ 3.662) e por aplicações interfinanceiras de liquidez no mercado aberto no montante de R\$ 3.971.499 (2017 - R\$ 422.023) (Nota 7 (a)).

7) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**(a) Aplicações no mercado aberto**

Em 30 de junho de 2018, estão constituídas, em sua totalidade, por aplicações em operações compromissadas, no montante de R\$ 6.287.143 (2017 - R\$ 2.558.125) e compostas conforme abaixo demonstrado.

	2018		2017	
	Custo corrigido	Total	Custo corrigido	Total
Posição bancada:				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	212.918	200.197
Letras do Tesouro Nacional - LTN	69.332	69.332	15.899	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	1.930.337	1.930.337	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	3.981.256	3.981.256	784.255	908.102
Subtotal	5.980.925	5.980.925	1.013.072	1.108.299
Posição financiada:				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	62.647	62.647	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	15.105	18.246
Subtotal	62.647	62.647	15.105	18.246
Posição vendida:				
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	212.303	212.303	89.933	62.184
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	31.268	31.268	124.495	126.791
Subtotal	243.571	243.571	214.428	188.975
Total	6.287.143	6.287.143	1.242.605	1.315.520

8) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está classificada, conforme os critérios estabelecidos na Circular nº 3.068/01 do BACEN, na categoria "títulos para negociação". Os valores de mercado dos títulos públicos representam o valor presente dos mesmos, os quais foram calculados com base no fluxo de caixa futuro descontado pelas taxas praticadas no mercado.

(b) Composição do valor nominal por contraparte

	2018				2017			
	Instituições Financeiras	Corporate	Institucional	B3	Setor Público	Total	Total	
Swaps	6.293.304	8.742.309	129.624.652	-	-	144.660.265	176.856.138	
Opções	82.020	414.885	1.302.313	807.191	-	2.606.409	324.116	
NDF (<i>Non-deliverable forward</i>)	-	1.888.713	10.595.317	-	-	12.484.030	11.184.233	
Outros derivativos	33.600	-	15.051.595	-	-	15.085.195	15.133.470	
Operações com futuros	-	-	-	65.416.085	-	65.416.085	79.677.890	
Termo de título público	795.667	95.021	293.139	-	94.679	1.278.506	1.590.018	
Total	7.204.591	11.140.928	156.867.016	66.223.276	94.679	241.530.490	271.145.865	

O saldo da carteira de títulos e valores mobiliários, bem como sua composição, estão assim demonstrados:

(a) Composição por classificação e tipo

Composição da carteira	2018		2017	
	Custo corrigido	Valor de mercado	Valor de mercado	Valor de mercado
Carteira Própria	530.314	529.489	994.268	
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	482.580	482.849	826.287	
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	36.037	34.936	103.250	
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	11.697	11.704	64.731	
Vinculados a Compromissos de Recompra	103.835	103.870	1.651.222	
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	103.835	103.870	1.651.222	
Vinculados à Prestação de Garantias na B3	815.049	804.869	1.233.703	
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	4.085	4.115	135.715	
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	394.645	385.078	858.920	
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	385.057	384.414	239.068	
Fundo de Investimento Liquidez da Câmara BM&FBOVESPA Multimercado - FILCB	31.262	31.262	-	
Total da carteira	1.449.198	1.438.228	3.879.193	

(b) Classificação e composição por prazo de vencimento

	2018					2017	
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado	Valor de mercado
Títulos para negociação (1)							
Carteira própria	-	18.148	307.764	187.796	15.781	529.489	994.268
Vinculados a compromisso de recompra	-	-	91.574	12.296	-	103.870	1.651.222
Vinculados à prestação de garantias na B3 (2)	31.262	18.445	125.025	368.190	261.947	804.869	1.233.703
Total	31.262	36.593	524.363	568.282	277.728	1.438.228	3.879.193

(1) Títulos classificados na categoria para negociação e, assim, apresentados no balanço patrimonial como ativo circulante, independente de suas datas de vencimento, conforme Circular nº 3.068/01, do BACEN.

(2) Os títulos públicos vinculados à prestação de garantia referem-se às operações realizadas junto à B3.

9) Instrumentos Financeiros Derivativos

Estão representados por operações de futuros, *swap*, opções, operações a termo de título público e de moeda - NDF (*Non-Deliverable Forward*) e outros derivativos devidamente registrados na B3, envolvendo taxas do mercado interfinanceiro, ações, *commodities* e variação cambial.

O Banco atua no mercado de futuros da B3, principalmente como parte da execução de sua política de gerenciamento de riscos, a fim de reduzir os riscos resultantes de suas operações (*hedge* global).

A área de Gerenciamento de Risco é independente e utiliza técnicas globais para mensuração dos potenciais riscos inerentes ao carregamento de suas posições. A gestão de riscos e os controles internos existentes visam permitir que o Banco não se exponha excessivamente à movimentação das taxas de juros, índices de preços, do câmbio e de *commodities*.

Os controles mantidos são aprovados internamente, adotando-se os parâmetros internacionais utilizados pela organização mundialmente. Tais controles baseiam-se em parâmetros estatísticos, tais como "VaR".

A precificação dos contratos futuros detidos pelo Banco é apurada com base nos preços de fechamento divulgados diariamente pela B3.

A precificação das operações de *swap* e a termo de título público e NDF é fundamentada pela geração de curvas de mercado obtidas por intermédio de estruturas temporais de taxas de juros, cujas cotações de preços são obtidas pela mesa de operações e divulgadas por agências como Bloomberg, Reuters, Anbima e a própria B3.

O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black & Scholes*, utilizando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para analisar as volatilidades.

Os instrumentos financeiros derivativos listados acima, registrados em contas patrimoniais e de compensação, em 30 de junho estão representados como segue:

(a) Composição por indexador

	2018		2017	
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal	Valor nominal
Operações de swap	2.842.429	(2.499.526)	144.660.265	176.856.138
CDI x Euro	-	-	-	1.950.514
CDI x Eurolibor	-	(3.724)	184.449	184.449
CDI x IPCA	-	(52.306)	680.938	973.914
CDI x Libor	-	(226.800)	1.032.124	1.118.637
CDI x Pré	748.195	(753.552)	80.229.519	91.157.672
CDI x USD	-	(94.824)	1.507.424	4.881.058
CDI x USD Pré	-	(532.721)	5.198.829	-
Euro x CDI	-	-	-	1.950.514
Eurolibor x CDI	3.724	-	184.449	184.449
IPCA x CDI	-	(1.386)	33.933	342.979
Libor x CDI	136.735	-	814.112	889.808
Libor x USD	8.595	-	491.678	669.179
Ouro x Outros	126	-	33.360	-
Outros x Ouro	-	(126)	33.410	-
Pré x CDI	988.251	(517.254)	40.330.233	59.579.018
USD Pré x CDI	256.321	-	3.385.158	-
USD Pré x USD EMTA	141.404	-	2.415.122	-
USD x CDI	559.078	-	4.882.594	7.123.630
USD x Libor	-	(2.919)	268.572	437.866

Goldman Sachs

GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 16º andar, 17º andar e 18º andar, CEP: 04542-000
CNPJ 04.332.281/0001-30

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2018 - Em R\$ mil

(c) Composição do valor nominal por local de negociação

	2018		2017	
	Bolsa	Balcão	Valor nominal	Valor nominal
Swaps	-	144.660.265	144.660.265	176.856.138
Opções	807.191	1.799.218	2.606.409	324.116
NDF (Non-deliverable forward)	-	12.484.030	12.484.030	11.184.233
Outros derivativos	-	15.085.195	15.085.195	1.513.470
Operações com futuros	65.416.085	-	65.416.085	79.677.890
Termo de título público	-	1.278.506	1.278.506	1.590.018
Total	66.223.276	175.307.214	241.530.490	271.145.865

(d) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

	2018		2017	
	Valor de custo	Ganhos/(perdas) não realizados	Valor de mercado	Valor de mercado
Ativo	3.408.266	977.675	4.385.941	3.326.757
Operações de swap	1.921.082	921.347	2.842.429	1.691.554
Operações de NDF	177.298	25.582	202.880	26.173
Operações de opções	31.449	31.867	63.316	18.691
Outros derivativos	983	(936)	47	839
Termo de título público	1.277.454	(185)	1.277.269	1.589.500
Passivo	(5.714.018)	549.583	(5.164.435)	(3.616.442)
Operações de swap	(2.148.380)	(351.146)	(2.499.526)	(1.888.986)
Operações de NDF	(31.611)	(8.147)	(39.758)	(19.166)
Operações de opções	(72.078)	8.794	(63.284)	(18.691)
Outros derivativos	(2.185.339)	899.925	(1.285.414)	(100.065)
Termo de título público	(1.276.610)	157	(1.276.453)	(1.589.534)

(e) Resultado com derivativos

	2018	2017
Swaps	371.950	(548.324)
Futuros	(552.272)	390.166
NDF (Non-Deliverable Forward)	587.502	31.063
Opções	35.314	(2.097)
Outros	584	691
Total	443.078	(128.501)

10 Operações de Crédito e Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

São classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. Em 30 de junho de 2018, a rubrica "Operações de Crédito" refere-se a empréstimo representado por um contrato indexado ao CDI, concedido na forma de cédula de crédito bancário para entidade não ligada, cuja atividade econômica se insere na categoria de prestação de serviços, com vencimento em abril de 2023 e pagamento de juros trimestrais. O valor atualizado no semestre findo em 30 de junho de 2018 é de R\$ 363.232 (2017 - zero).

Em 30 de junho de 2018, o nível de risco da operação foi classificado como "B", razão pela qual foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$ 3.632 (2017 - zero), correspondente a 1% do valor atualizado do crédito concedido. No semestre findo em 30 de junho de 2018 a receita de operações de crédito é de R\$ 6.232 (2017 - zero) e a despesa com provisão para crédito de liquidação duvidosa totaliza R\$ 3.632 (2017 - zero).

11 Carteira de Câmbio

Em 30 de junho, os saldos são compostos por:

	2018	2017
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	241.372	360.307
Direitos sobre vendas de câmbio	86.092	175.198
Total	327.464	535.505
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	86.254	175.241
Obrigações por compra de câmbio	240.423	359.346
Total	326.677	534.587

12 Outros Créditos

(a) Diversos

Em 30 de junho, os saldos são compostos por:

	2018	2017
Créditos tributários de impostos e contribuições (nota 19 (b))	109.847	-
Títulos e créditos a receber - sem característica de concessão de crédito (1)	104.694	104.694
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 21 (a))	20.661	26.599
Impostos e contribuições a compensar	19.053	26.439
Outros (2)	8.399	4.730
Total	262.654	162.462

(1) "Títulos e créditos a receber" refere-se a créditos a receber originados de operações de instrumentos financeiros derivativos de clientes em processo de recuperação judicial, sem característica de concessão de crédito, no montante de R\$ 104.694 (2017 - R\$ 104.694), para os quais foi constituída provisão equivalente a 100% do saldo a receber, registrada na rubrica "Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa - Sem característica de concessão de crédito" (nota 12 (b)).

(2) Em 2018 "outros" refere-se, principalmente, à recuperação de despesa originada pela contribuição do Banco (Patrocinador) ao plano de previdência privada PGBL, em nome dos seus funcionários (participantes) que, em função do rompimento de vínculo antes do preenchimento das condições de elegibilidade ao benefício, o Patrocinador passa a poder utilizar os recursos depositados para quitação de contribuições futuras.

(b) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

Refere-se a provisão equivalente a 100% do saldo de títulos a receber (nota 12 (a)) originados de operações com instrumentos financeiros derivativos de clientes em processo de recuperação judicial, sem característica de concessão de crédito, no montante de R\$ 104.694 (2017 - R\$ 104.694).

13 Permanente

(a) Investimentos

O Banco possui participação de 100% em sociedade controlada, a Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., conforme abaixo:

	2018	2017
Participação no capital integralizado	100%	100%
Quantidade de ações detidas	176.000.000	176.000.000
Capital social da controlada	176.000	176.000
Patrimônio líquido da controlada	240.057	208.119
Reservas de capital	4.469	3.773
Reservas de lucros	46.835	16.690
Resultado de participação em controlada no semestre	13.424	12.269
Resultados acumulados com equivalência patrimonial	59.588	28.346
Valor contábil do investimento	240.057	208.119

(b) Imobilizado de uso

	2018		2017	
	Taxa anual depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	48.335 (27.353)	20.982	47.779 (22.187)
Imobilizações em curso	-	683	683	554
Comunicação	10%	15.725 (14.977)	748	15.916 (15.146)
Processamento de dados	20%	6.157 (6.034)	123	7.572 (7.172)
Total		70.900 (48.364)	22.536	71.821 (44.505)

14 Depósitos

	2018	2017
Depósitos interfinanceiros	118.605	163.495
De 1 a 90 dias	-	-
A vencer após 360 dias	118.605	163.495
Depósitos a prazo	378.415	189.560
De 1 a 90 dias	-	4.602
De 91 até 360 dias	41.323	4.830
A vencer após 360 dias	337.092	180.128
Total de depósitos	497.020	353.055

Depósitos interfinanceiros, representados por captações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros com instituições financeiras, foram contratados a taxas que variam entre 98% a 100% do CDI, sendo o montante de R\$ 115.244 (2017 - R\$ 160.365) correspondente a transação com partes relacionadas (nota 21 (a)).

Depósitos a prazo, representados por captações em Certificados de Depósitos Bancários, foram contratados a taxas que variam entre 98% a 103% do CDI, sendo o montante de R\$ 129.510 (2017 - R\$ 189.560) correspondente a transação com partes relacionadas (nota 21 (a)).

15 Captações no Mercado Aberto

Em 30 de junho de 2018 e de 2017 estão representadas por obrigações em operações compromissadas no montante de R\$ 398.055 (2017 - R\$ 2.076.818), sendo:

(i) R\$ 103.210 (2017 - R\$ 1.639.997) correspondentes a recompras a liquidar de operações compromissadas realizadas com títulos da carteira própria e liquidadas em 2 de julho de 2018, sendo a totalidade referente a transações com partes relacionadas (2017 - R\$ 140.000) (nota 21 (a));

(ii) R\$ 60.309 (2017 - R\$ 33.100) correspondentes a recompras a liquidar de operações compromissadas realizadas com títulos de terceiros e liquidadas em 2 de julho de 2018, sendo a totalidade referente a transação com parte relacionada (nota 21 (a)); e

(iii) R\$ 234.536 (2017 - R\$ 403.721) correspondentes a obrigações referentes ao compromisso de devolução de títulos recebidos como lastro em operações compromissadas com acordo de livre movimentação, em razão da venda definitiva dos respectivos títulos, representadas por NTN-B e NTN-F.

16 Obrigações por Empréstimos

Em 30 de junho de 2018 e de 2017, referem-se a empréstimos captados no exterior junto à The Goldman Sachs Group, Inc., Nova Iorque, com vencimento em até 3 meses, no montante de US\$ 1.265.272 (2017 - US\$ 767.646), que convertido pela taxa PTAX de fechamento equivale a R\$ 4.878.636 (2017 - R\$ 2.539.525).

17 Negociação e Intermediação de Valores

No ativo, refere-se a depósitos em moeda estrangeira para garantia na Bolsa de Mercadorias e Câmbio ("BMC") no montante de R\$ 38.558 (2017 - R\$ 165.410) e a operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar no montante de R\$ 169.449 (2017 - R\$ 85.123). Em 30 de junho de 2017, refere-se ainda a devedores - conta liquidações pendentes no montante de R\$ 820.

No passivo, refere-se a comissões e corretagens a pagar no montante de R\$ 1.784 (2017 - R\$ 1.257) e a credores - conta liquidações pendentes no montante de R\$ 154.560 (2017 - R\$ 46.960).

18 Outras Obrigações

(a) Fiscais e previdenciárias

Em 30 de junho, o saldo está composto por:

	2018	2017
Provisão para imposto de renda diferido (IRPJ e CSLL) (1)	141.221	111.057
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros a recolher	3.806	2.760
Impostos e contribuições sobre salários a recolher	4.127	4.048
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	52.999	2.230
Total	202.153	120.095

(1) Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos calculados principalmente sobre ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros.

(b) Diversas

Em 30 de junho, o saldo está composto por:

	2018	2017
Provisão para despesas de pessoal (1)	39.831	32.321
Valores a pagar sociedades ligadas (nota 21 (a))	29.680	39.688
Provisão para outras despesas administrativas (2)	11.081	16.952
Credores diversos - país	4.954	5.516
Fornecedores a pagar	-	913
Provisão para passivos contingentes (nota 23 (a))	119	1.033
Total	85.665	96.423

(1) "Provisão para despesas de pessoal" refere-se, principalmente, a provisão de gratificações a pagar (bônus) no montante de R\$ 23.809 (2017 - R\$ 18.058) e a provisão de impostos sobre gratificações a pagar (bônus) no montante de R\$ 8.024 (2017 - R\$ 6.787).

(2) "Provisão para outras despesas administrativas" refere-se, substancialmente, a provisão de encargos sociais sobre os saldos referentes ao pagamento baseado em ações no montante de R\$ 7.253 (2017 - R\$ 15.204).

19 Imposto de renda (IR), Contribuição Social (CS) e Créditos Tributários

(a) Os impostos e contribuições a recolher no semestre são demonstrados como segue:

	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro	220.251	220.251	79.759	79.759
Participação nos Lucros	-	-	(2.082)	(2.082)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	220.250	220.250	77.677	77.677
Imposto de renda (25%) e contribuição social (20%)	55.063	44.050	19.419	15.535
Diferenças temporárias sem registro de ativo diferido fiscal	-	-	(19)	(15)
Diferenças temporárias com registro de passivo diferido fiscal	-	-	(14.634)	(11.707)
Diferenças temporárias	24.254	19.403	-	-
Diferenças permanentes	(2.097)	(2.614)	(2.593)	(2.003)
(Constituição)/compensação de prejuízo fiscal de períodos anteriores	(23.335)	-	(680)	-
(Constituição)/compensação de base negativa de CSLL de períodos anteriores	-	(18.252)	-	(543)
Outros	-	11	-	-
Imposto de renda e contribuição social do semestre	53.885	42.598	1.493	1.267

Resultado antes da tributação sobre o lucro

Participação nos Lucros

Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações

Imposto de renda (25%) e contribuição social (20%)

Diferenças temporárias sem registro de ativo diferido fiscal

Diferenças temporárias com registro de passivo diferido fiscal

Diferenças temporárias

Diferenças permanentes

(Constituição)/compensação de prejuízo fiscal de períodos anteriores

(Constituição)/compensação de base negativa de CSLL de períodos anteriores

Outros

Imposto de renda e contribuição social do semestre

53.885 42.598 1.493 1.267

Investimento em controlada

Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (2)

Instrumentos financeiros derivativos

Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (2)

Goldman Sachs Participações Ltda. (3)

Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (4)

Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (4)

Câmbio

J. Aron & Company (3)

Outros valores a receber

Goldman Sachs Asset Management Brasil Ltda. (3)

Goldman Sachs Asset Management International (3)

Goldman Sachs Capital Markets, L.P. (3)

Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (2)

Goldman Sachs International (3)

Goldman Sachs Participações Ltda. (3)

Goldman, Sachs & Co. (3)

Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (6)

J. Aron & Company (3)

Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (4)

The Goldman Sachs Group, Inc. (1)

Goldman Sachs Chile Limitada (3)

Goldman Sachs Asset Management, L.P. (3)

Outros valores a receber de partes relacionadas (3)

Depósitos a prazo

Goldman, Sachs & Co. (3)

Goldman Sachs Asset Management Brasil Ltda. (3)

Goldman Sachs Participações Ltda. (3)

Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (6)

Depósito interfinanceiro

Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (2)

Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (2)

Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (6)

Valores a pagar por negociação e intermediação de valores

Goldman Sachs do Brasil C.T.V.M. S.A. (2)

Goldman Sachs International (3)

Horizon Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (6)

Sphere Fundo de Investimento Multimercado - Investimento no Exterior Crédito Privado (6)

Outros valores a pagar (i)

Goldman, Sachs & Co. (3)

Goldman Sachs Chile Limitada (3)